Sobre diáspora e emigração cabo-verdianas

ALBERTO DE CARVALHO
Universidade de Lisboa

RESUMO: A PARTIR DO FENÔMENO DA EMIGRAÇÃO, SÃO DISCUTIDAS ALGUMAS FORMAÇÕES DO IMAGINÁRIO CABOVERDIANO, AO MESMO TEMPO EM QUE SE EXAMINA DE QUE MANEIRA A QUESTÃO DA DIÁSPORA CONFORMA NÃO APENAS ALGUNS DOS MAIS IMPORTANTES TEXTOS LITERÁRIOS DE CABO VERDE, MAS TAMBÉM ORIENTA ALGUMAS ESCOLHAS TEMÁTICAS DOS AUTORES QUE RESIDEM FORA DO ARQUIPÉLAGO.

ABSTRACT: BASED ON THE EMIGRATION PHENOMENON, SOME FORMATIONS OF CAPE VERDIAN IMAGINARY ARE DISCUSSED, AT THE SAME TIME IN WHICH IT IS EXAMINED HOW THE QUESTION OF DIASPORA CONFORMS NOT ONLY SOME OF THE MOST IMPORTANT LITERARY TEXTS FROM CAPE VERDE, BUT ALSO DIRECTS SOME THEMATIC CHOICES OF THE AUTHORS WHO LIVE ABROAD.

PALAVRAS-CHAVE: CABO VERDE, EMIGRAÇÃO, DIÁSPORA, LITERATURA CABOVERDIANA CONTEMPORÂNEA.

KEY-WORDS: CAPE VERDE, EMIGRATION, DIASPORA, CONTEMPORARY CAPE VERDIAN LITERATURE.

“**A** dita ilha de Santiago foi descoberta no ano de 1445 por um genovês chamado António de Nolle [...] que juntamente com seu irmão, Bartolomeu de Nolle, e um sobrinho Rafael de Nolle, veio oferecer-se ao serviço de El-Rei de Portugal, que era então o Senhor D. Afonso V.
[...]

El-Rei Dom Afonso V fez logo doação destas Ilhas ao Infante Dom Fernando, o qual cuidou com desvelo em povoar a de Santiago, enviando a ela famílias nobres e enriquecendo-a de privilégios que lhe concedeu o sobredito Monarca.”

Anónimo, «*Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado desde o seu Princípio até ao Presente [...] - 1784*», p. 19, 20

1. Breve Historial

Dadas oficialmente como descobertas cerca de 1460, as ilhas do Cabo Verde¹ cedo se revelaram constituir um caso problemático na economia da “expansão” e da “colonização” portuguesas, devido a características epocais e naturais que têm marcado de modo constante o seu trajecto histórico e social. A localização geográfica na zona atlântica norte destinava-lhe, com efeito, um protagonismo de atributos contraditórios, negativos, uns, devidos à sua inserção climatológica em plena frente intertropical, no prolongamento da muito árida faixa saariana e, positivos, outros, como lugar estratégico necessário à vigilância das rotas atlânticas, espaço valioso na política de afirmação da soberania marítima portuguesa² e situação favorável no apoio ao tráfego mercantil que demandava as Américas e a Ásia.

Das fontes documentais pode-se deduzir ter sido esta soma positiva de razões que justifica o fenómeno migrante da sua imediata ocupação, iniciada na ilha de Santiago, a de maiores dimensões e de recursos mais promissores. Das duas donatarias fundadas, a de Alcatrazes³ foi de vida muito breve, ficando-se a dever à de Ribeira Grande, cedida a António de Nolle, o papel notável, no

1 A discrepância entre datas e autores do descobrimento deriva da precária veracidade da documentação, circunstância que enfatiza a nebulosa mitificadora das ilhas, por sinédoque designadas pelo nome do cabo fronteiro, localizado na península Lébou de Dakar, hoje Cap Manuel (do rei português D. Manuel I).

2 Tenha-se, p.ex., em conta o seu lugar de referência no Tratado de Tordesilhas.

3 Na zona setentrional da ilha de Santiago, cedida a Diogo Afonso.

plano sociológico, de antepassado fundador do que, com justiça, se pode designar agregado humano “ab initio” de uma nação. Mas tão notável quanto o conhecer-se com garantia documental essa gestualidade fundacionista é a própria fenomenologia obstinada da formação do país, contra todas as adversidades, que fazem dele um caso histórico laboratorial ainda hoje sem solução (económica) concludente à vista, em ilhas “encontradas desertas” de gentes⁴.

E nem sequer a linguagem para se falar desta questão deixa de estar marcada por modulações relevantes. Se “encontradas desertas” significa “descobrimento”, sabem os investigadores que os actos de “descobrimento” só muito excepcionalmente o são de facto. Afirmar-se, p.ex., a respeito das Terras de Vera Cruz, que os portugueses as “descobriram”, este termo oculta o outro lado da realidade, que elas não se encontravam “encobertas” aos olhos dos que há muito as habitavam. Questão de linguagem ou, com mais propriedade, de reflexão metalinguística, ela justifica-se pela necessidade de afinar o bom senso da palavra conceptualizada, livre de tonalidade etno-eurocêntrica.

Certamente por isso, nesta ocorrência, e a despeito do bem fundado emprego do termo “descobrimento” das ilhas hesperitanas, um outro modo de dizer foi lançado na altura das comemorações do seu meio milénio, agora “Achamento de Cabo Verde” (B. Lopes, 1960; Figueiredo, 1961). Insistindo no uso criterioso dos termos, diremos terem sido as ilhas desertas “ocupadas” por “colonização” (como os corais colonizam as rochas submersas), por “povoamento” humano, numa “invasão” imigrantes que, no rodar dos séculos, acabaria por gerar um movimento inverso, actual, persistente, reproduzido em efeitos de “evasão” emigrante e dispersão, mas não propriamente “diáspora”, na perspectiva de

4 Admitida a mítica referência às Hespéridas nas fontes da Historiografia antiga, espera demonstração a tese da existência de vestígios humanos nas ilhas antes da chegada dos portugueses. A que advoga p.ex. a presença do povo negro Jalofo (Wolof) não será sustentável se rasurar o condicionamento imposto pelos valores que regem o comportamento de uma etnia guerreira (como era a Wolof), à luz dos quais aquela presença (Jalofo) anterior à dos portugueses assenta numa praxis inverosímil: i)- desonra da fuga (para as ilhas), virando as costas ao inimigo; ii)- ignóbil fuga por mar de um povo guerreiro em terra firme; iii)- improvável saber e posse de meios náuticos dos Jalofo para chegar às ilhas, tratando-se de uma etnia exclusivamente dedicada à arte da guerra. A menos que se tenha registado a dupla desonra de o Jalofo, nobre e guerreiro, ter sido auxiliado na fuga pelo Lebou, plebeu e pescador, ainda hoje dedicado às artes do mar. Se fosse povo Lebou, e não Wolof, a a averbar a tal presença africana antes dos portugueses uma tal tese não seria de todo inviável. Sobre o pundonor, honra e orgulho do guerreiro Wolof (Socé, 1948).

Dante Mariano. Tomando a diáspora do povo judaico por um “um fenómeno particularmente estático [...] [este ensaísta diz do cabo-verdiano que] ele conhece é a terra longe” (D. Mariano, 1998).

Segundo a informação documental disponível, os imigrantes mobilizados para as ilhas foram, uns, oriundos da Europa, algarvios, minhotos, transmontanos, madeirenses, açorianos, andaluzes, provençais, italianos⁵ (e, ao longo dos tempos, ocasionalmente degredados por decisão administrativa, e naufragados por causas acidentais) e, outros, negros provenientes da costa africana fronteira⁶. Mas com uma diferença de monta. Se, no plano da ocupação territorial, ambos foram, de facto, “povoadores-colonizadores”, aos negros coube ainda, no plano social e económico, o destino mais duro de, além de sujeitos colonizadores⁷, terem sido também objectos colonizados pelos brancos.

Depois, obedecendo à tática do desdobramento de ilhas para ilhas, primeiro de Santiago para o Fogo, e desta para Brava e Maio, e sucessivamente para as restantes (sem ordem nem cronologia exactas), Boavista, S. Nicolau, Santo Antão, S. Vicente, Sal, todos se tornaram também “migrantes” na ocupação da totalidade do arquipélago, no processo de homogeneização civilizacional do espaço. Com bastante menor mistura étnica nuns lugares (interior de Santiago) e muito maior noutros (S. Vicente, S. Nicolau, Brava, Sal, Boavista), será de todo justo falar-se em “homogeneização civilizacional” em consonância com a lentidão do movimento migrante e com a surpreendente fluidez da “miscigenação” em sentido largo, biológica, cultural, técnica, social.

No sistema escravocrata vigente, carente de mulheres europeias, não bastaria a palavra morigeradora da predicação missionária⁸ para evitar a banalização

5 Partindo de distintas fontes, A. Carreira refere reinóis, genoveses, espanhóis e outros. A nosso ver, se a culinária pode sugerir a presença de algarvios (reinóis), o relevo das terras e o regime de chuvas e, assim, a técnica agrícola, torna plausível a presença de gentes do norte de Portugal, dos Açores e Madeira, sendo estes [madeirenses] também justificados por dados da toponímia comum e por outros motivos bem conhecidos (Carreira, 1983).

6 O reforço de escravos nas ilhas foi sempre reduzido, ocasional, e proibido desde o governo de Pombal.

7 Embora colonizados pelos brancos, atribuímos aos negros o papel de também colonizadores para que lhes preserve o estatuto de sujeitos da história e da cultura, da cultura popular e da cultura-língua crioula.

8 Animada pela Ordem de Cristo, a evangelização acompanhou a colonização com a erecção da Paróquia de N.S. da Conceição. “Em 31 de Janeiro de 1533, era o Funchal erecto em Metrópole Eclesiástica, tendo por sufragânea, com sede na Igreja Paroquial da Ribeira Grande, a Diocese de Santiago, criada pela Bula «Pro Excelenti» da mesma data sendo Papa Clemente VII” (Serrone, 1983, p. 21).

das relações entre os homens brancos e as mulheres negras. A precaridade do modelo povoador, as condições de fraca salubridade do meio e a dificuldade do estabelecimento familiar são pois os factores que justificam o surgimento e a continuada proliferação da mestiçagem biológica. E, ao que parece, nem os religiosos seriam alheios ao processo. Embora sem precisar a fonte informativa refere Onésimo Silveira que “um padre branco na Vila da Ribeira Grande tinha dado ao mundo cinquenta e três filhos” (Silveira, 1998: 46). No plano sociológico, constitui um fenómeno configurador do encontro sem entraves de stocks culturais distintos, podendo-se tomá-lo por expressão de actividade intercultural plena, num quadro mais abrangente de múltiplos nexos associados. Daí que na lúcida interpretação de Gabriel Mariano tenha sido a mestiçagem “pelo menos o preparador desse triunfo [...] [e.g. de] expressões [...] de cultura [...] [e de] integração [humana] numa paisagem comum de coloração mestiça de elementos heterogéneos trazidos dos povoadores brancos e negros” (G. Mariano, 1991: 50).

2. Aculturação e Imaginário

Nesta apreciação de Gabriel Mariano, em favor da causa própria de intelectual mestiço, cabo-verdiano, o conceito “integração” recobre a totalidade da fenomenologia enformadora do país, ao longo da história, protagonizada no sentido da homogeneização do diverso. A “mistura” povoadora de brancos e negros representa o ponto de partida para a “inserção” de todos eles num meio completamente novo que tinha por limites absolutos a novidade da estreiteza da cintura oceânica. E, como explica outro cabo-verdiano, Júlio Monteiro, foram muitas as dificuldades encontradas na “adaptação” que “moldava o carácter e a psicologia dos novos ilhéus: a do escravo, a do seu senhor e a dos que mais tarde, já homens livres, nasceriam da união deles feita sem maiores preconceitos raciais” (Monteiro, 1974: 19). Assim postos em situação irremediável de convivência entre senhores e escravos, crioulos, libertos, e forçados à habituação a uma nova geografia, espaço, paisagem, clima, todos teriam de ser actores na fundação de uma sociedade de modelagem colonial, modelagem que, por seu lado, também teria de se adaptar às dificuldades do meio.

O arquipélago constitui assim uma espécie de cadinho de “integração” humana plena, onde todos dependiam de todos⁹, pacientes da escassez produtiva das terras, dos assaltos de corsários, dos dramas calamitosos de longas secas e de pestes devastadoras¹⁰. Ameaçada por muitos e inesperados riscos, a sociedade em formação faria do território um campo de “integração assimiladora”, de apropriação de materiais técnicos, práticos e civilizacionais indispensáveis à sua sobrevivência, de valores religiosos e espirituais e de programas de instrução escolar e de informação científica. O destino que dava forma e substância a uma memória tornada comum com o rodar dos séculos, os hábitos e expectativas, as crenças e tradições e uma língua própria seriam alguns dos elementos estruturantes dos acervos civilizacionais e culturais, populares e eruditos da nação que estabilizava a sua identidade em finais do séc. XIX.

Seguindo de perto as concepções de J.-P. Allix, diremos que estes conteúdos são um ponto de chegada histórico, uma resultante da “aculturação” das matrizes étnicas anteriores (europeia e africana) e dos materiais e procedimentos necessários à formação da sociedade urbana e rural, tudo reelaborado por interacção com o meio. Um sistema político e social que se combina com a natureza e a cultura em formação, sob o jogo dos mecanismos climáticos, demográficos, geomorfológicos, acaba por evoluir no sentido de uma específica fisionomia de paisagem (Allix, 1996). Daí a asserção lapidar, não determinista, “L’individu et la société sont, pour une part, un sous-produit des paysages. Ces derniers nous forgent autant qu’ils sont forgés par nous” (Allix, 1996, p. 306). Ao mesmo tempo “realidade” em si e “real” para o indivíduo, a paisagem detém uma “extraordinária importância psicológica (que tanto se manifesta passivamente como activamente em diversos) estados de alma ou em reflexo de estado de alma” (Allix, 1996, p. 311, 312).

Mesmo que questionáveis algumas destas anotações, pode-se partir do seu sentido mais imediato para a explicação de elementos do carácter do cabo-

9 O tráfego de escravos, o apoio à navegação (víveres frescos, aguadas) e o comércio (tecelagem, sal, algodão, urzela, anil, cana de açúcar) e a agricultura faziam a riqueza dos senhores e libertos que assim sustentavam os seus escravos. E, de maneira singular, em face de assaltos corsários eram os escravos que auxiliavam os seus senhores na fuga de todos para as montanhas. (Carreira, 1983; J. Lopes, 1936, p. 9).

10 Insisto em notar que o ensaísmo atento às calamidades nas ilhas referem amiúde os ciclos das secas e das mortandades, responsabilizando o colonizador, mas omitem o terrível panorama das pestes.

verdiano, de grande fortuna como tópico literário. Num texto de circunstância inserido na revista *Claridade* (1936), Manuel Lopes tipifica-lhe o perfil com base na motivação do relacionamento com o outro, como desejo que se movimenta em sentidos opostos, modulado ora como dilema ora como contradição. A um tempo anima-o o desejo de partir (o “wonderlust”), de frequentar os espaços estranhos e, a outro, invade-o a nostalgia (a “hantise”) do regresso ao espaço materno. Primeiro, impulsiona-o o desejo de libertar-se, “conhecer mundo” e, depois, anseia pelo regresso em resposta ao apelo da terra que nele persiste como “ideia fixa” (M. Lopes, 1936, p. 5-6).

Por caminhos diferentes, no que toca à “ideia fixa” do regresso, as anotações que extraímos do geógrafo (J.-P. Allix) ajustam-se às de Manuel Lopes, também juiz em causa própria sobre a questão do apelo telúrico tomado pelo ângulo antropológico. A paisagem que se interioriza como efeito psicológico coincide com a definição do lugar matricial, configurador de um imaginário inteiramente novo, de espacialidade insular (Gonçalves, 1998), percepção e visão do mundo edificada à custa da perda de memória dos imaginários oriundos das matrizes anteriores (europeia e africana). Com estas bases, os conteúdos da consciência de si deste homem novo não podem não coincidir com a totalidade da realidade também ela nova, mesmo que sem serem capazes de elidir alguns restos atávicos, mais ou menos inconsciente, nas circunstâncias mais diversas impulsionados e movidos pelos resíduos étnicos anteriores¹¹.

Ao desejo de conhecer mundo e de se libertar da terra “por instinto de expansão” corresponde, digamos, o motivo humano da itinerância ao serviço da compreensão de si por relacionamento com o outro, com o qual mede e afere a sua identidade. Embora em aparência óbvio, este espírito viajero em direcção ao outro não dispensa as explicações necessárias à distinção dos fundos sociológicos de “emigração/migração”, migração que Orlando Ribeiro identi-

11 O batuque, bastante vivo no interior da ilha de Santiago (Anta Catarina/Assomada), pode ser tomado como exemplo aculturado de uma forma cultural africana, tal como as “Bandeiras e Cavalhadas” da ilha do Fogo podem exemplificar a aculturação de uma forma cultural portuguesa. Cf. Henrique Teixeira de Sousa, “A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940”, in Manuel Ferreira (Org.), *Claridade* (*Claridade*, nº 5, p. 42-43), Linda-a-Velha, 1986. Um caso notável de dupla aculturação, africana e europeia, pode-se encontrar na tabanca (Santiago), de acordo com a ainda muito actual lição de Felix Monteiro, “Tabanca”, in Manuel Ferreira, *id.*, (*Claridade*, nº 6, 7), *id.*.

fica no cabo-verdiano como espantosa mobilidade de “andarilho infatigável” (Ribeiro, 1960, p. 185) guardada na bagagem de herança negra.

As comunidades tribais africanas¹² assentavam, com efeito, numa compreensão da existência de arquitectura cosmogónica e no vínculo de relacionamento entre membros de família extensa, sob o poder gerontocrático, não raro completado pelas regras do avunculato e da endogamia, num sistema que por isso concebia a ancestralidade como uma cadeia que não podia ser rompida (por emigração para fora do espaço consagrado às divindades do grupo) sem perda de substância identitária. Daí que um dos principais motivos do drama humano da escravatura tenha sido, a nosso ver, a imperceptível violência existencial praticada sobre ele com o arrancá-lo ao seu cosmos e reduzi-lo a ninguém algures. O ser “andarilho” poderá então constituir, no cabo-verdiano, um resto atávico desse atributo “migrante” do negro, uma forma inconsciente de preservar a sua identidade ostentada nos limites do espaço de jurisdição insular própria.

Considerada a questão à luz da fenomenologia social das ilhas, os negros ao serem deslocados para elas como que se viam coagidos a protagonizarem uma história por inteiro inédita, num processo modelador essencial à sua sobrevivência, onde todas as componentes de espaço (sistema económico, estatuto do trabalho, geografia física e regime pluvial) lhe negavam a possibilidade de resgatarem valores próprios anteriores¹³. Longe da passiva acomodação nas margens deste novo mundo, habituando-se a modos de vida locais (tal como os outros elementos de origem europeia), a antiga consciência da espacialidade cosmogónica circular do negro aculturava-se à percepção dos espaços abertos da Viagem onde os portugueses eram protagonistas adestrados, transformava-se no que viria a constituir a predisposição emigrante do cabo-verdiano, quer voluntária, quer mais ou menos forçada.

12 Os negros escravos importados da costa da Guiné provinham de comunidades tribais, como se sabe.

13 Em espaços geográficos (paisagem) favoráveis à persistência do imaginário de origem, o negro pôde integrar, mesmo com adaptações, determinados valores religiosos, como no Brasil (Baía) e no Haiti.

3. Identidade e Identificação

Na verdade, desde muito cedo que na documentação sobre o trato esclavagista em Cabo Verde consta a presença activa de negros libertos e de mestiços, umas vezes como detentores de interesses mercantis e agrícolas, outras fazendo parte dos “lançados” na costa africana para angariação de mercadorias negociáveis. Ora, a presença de negros entre estes “lançados” significa que logo no séc. XVI já seria outra a sua assunção do mundo e dos sentidos práticos da vida comandada por distintos valores. Fazendo grupo comum com os demais lançados (portugueses, cristãos-novos) os negros já se haveriam tornado homens estranhos à sua terra ancestral, com uma percepção dessacralizada do espaço que agora se ia abrindo sobre percursos lineares de solução indeterminada, e que se cumpriria ou não pelo retorno efectivo às matrizes insulares em formação.

Esta nova axiologia que se ia recompondo com outras substâncias e conteúdos de imaginário, a nosso ver embora atenuasse não bastaria para anular os efeitos do fundo atávico no processo de fixação no arquipélago. Retomando a citação de M. Lopes, tudo se passaria, sob esta óptica, como uma compaginação de vectores opostos que tinha por resultante o desenho de um ser humano de perfil ambivalente. A aculturação a valores oriundos da civilização europeia e à mobilidade náutica promovia nele os sentidos do desejo de partir para longe, de viajar, ao mesmo tempo que o imperativo de centramento espacial, de matriz africana, permaneceria como força contrária motivadora da nostalgia do retorno ao espaço étnico¹⁴.

Embora alheados deste trajecto aculturante, os estudos de A. Carreira não deixam de obliquamente o testemunhar, ao fazerem da mobilidade emigrante do cabo-verdiano um dado formador do seu destino histórico. Factores naturais (pobreza do meio, ciclos de seca), factos induzidos do exterior (pestes e ataques devastadores de corsários) e um elevado índice de natalidade serão as principais causas desta realidade que ele reparte pelos itens centrifugadores,

¹⁴ Dizem testemunhos escritos sobre tempos antigos que, nas ilhas, alguns negros morriam de “tristeona”.

“emigração espontânea”, “emigração forçada”, “emigração clandestina” e centrípeto “imigração (e retornos)”.

Por cotejo de vários trabalhos, António Carreira admite situar-se pelos finais de séc. XVII e primeiras décadas do séc. XVIII a baliza inaugural da emigração de tipo espontâneo. E são homens qualificados pela aptidão do ser mestiçado, certamente “combinação”¹⁵ daquela destreza tecnológica do viajante marinho português e da robustez do negro africano, os ditos “trancadores” que os capitães das embarcações americanas contratam (na ilha Brava) para as suas companhias baleeiras nas águas do Atlântico. Tornar-se-ia depois matéria ocasional, nas páginas do Boletim Oficial¹⁶, na segunda metade do séc. XIX, o noticiário sobre a comunidade cabo-verdiana da América, sobretudo fixada em New Bedford ou Providence, mas agora largamente formada por emigrantes da ilha do Fogo empregados em terra firme, em plantações e em fábricas algodoeiras.

A este propósito, merecem ser invocados os romances *Chiquinho* (B. Lopes, 1947) e *Xaguete* (Sousa, 1987), não apenas pelo rigor com que a sua escrita ficcional representa alguns aspectos essenciais da corrente emigratória para a América, mas também pelo bom entendimento das suas motivações e sentidos. Em *Chiquinho*, pertence a algumas personagens masculinas o papel de núcleos alegóricos que opõem e distribuem entre si a simbologia emigrante recortada por níveis de sucessão etária. Na geração dos mais velhos reside a memória viva da saga da baleia, dos tempos antigos, homens temporariamente emigrados na vida temerosa do mar, por isso destinados a regressarem e construir casa (o avô que morreu novo), ou comprarem terras (nhô João Joana), ou viverem na pobreza da agricultura (nhô Chic’Ana).

A geração dos homens novos e dos jovens protagoniza já a segunda época, como António Manuel (pai de Chiquinho) e José Lima (amigo) prematuramente regressado devido a doença pulmonar contraída numa fábrica americana, e depois Chiquinho que emigra repetindo o percurso de José Lima:

15 Como que contrariando antecipadamente o termo “híbrido” em circulação em “estudos pós-coloniais”, Baltasar Lopes empregava “combinatória”, no exacto sentido do termo na ciência química.

16 Fundado em 24/8/1842, e sediado primeiramente na ilha de Boavista.

“As Universidades estavam à minha espera. José Lima dera-me indicações úteis [...] De noite, operário nas fábricas ou onde o diabo governasse. Mas de-dia era o estudante universitário que tem à sua volta matéria de-mundo para se especializar. Construí na América a casa para mim e Nuninha, que eu havia levantado no alto da Horta Nova. Só a América me permitiria fazer uma boa casa para receber Nuninha”(B. Lopes, 1947, p. 294).

Se entre os primeiros, pago o preço dos que morriam no mar (o avô de Chiquinho), e descontada a generalidade dos que regressavam ao aconchego da família, à casinha das ilhas que os reclamavam, resta a circunstância de alguns se deixarem ficar na terra americana e atraírem outros também seduzidos pelas novas oportunidades de trabalho. O diferencial étnico das matrizes ancestrais “europeias $\neq$ africanas” pode agora ser invocado para explicar, mesmo correndo o risco de redução simplista¹⁷, a ambivalência destes movimentos migratórios. Vistos pelo ângulo do vector centrífugo, a assunção voluntária da viagem de embarcação (numa primeira fase), do trabalho assalariado na América e do empenho no estudo (e.g., Chiquinho) (na segunda) como que conotam, agora de maneira plena, a aculturação do mestiço às tecnologias e aos apetrechamentos civilizacionais do homem branco. Sob um ponto de vista centrípeto, o regresso à terra e à casinha das ilhas exprimirá, por sua vez, e em sentido oposto, a tenaz persistência das vozes atávicas que vinculavam outrora o homem negro aos espaços consagrados da sua matriz africana de família extensa.

Se por transculturação (permuta adaptativa entre distintos paradigmas de valores e formas de vida) os homens criavam um mundo mestiço que indicava simbolicamente o seu “bilhete de identidade”, por aculturação (assimilação interactiva entre este processo e as realidades materiais do arquipélago) recriavam-se à imagem desse mundo que lhes assegurava um “sítio de identificação”. Assim entendida a simbologia das relações de enleio homem-terra, pode-se encontrar no fundo de ambivalência o condicionamento da emigração que se realizava em segunda geração seduzida pelos “dólares da América”, intensificada no séc. XIX e persistente até ao final da década de 1920. Os homens integram-se com-

17 Seguimos de perto a interpretação (*supra*) de O. Ribeiro sobre o carácter “andarilho” do mestiço.

pletamente numa economia de vida exógena mas, se vistos pelo olhar poético de Jorge Barbosa, comportavam-se como sujeitos e pacientes de um “conflito numa alma só/ de duas almas contrárias [...] qualquer coisa de indeciso/ entre a clima tropical/ e o espelho de Portugal...” (Barbosa, 1989, p. 71).

4. Formas e Tempos de Emigração

Tudo se parece passar nesta odisséia emigrante como se as mudanças de espaço consistissem em sair de Cabo Verde “sem sair de Cabo Verde”¹⁸, mediante a adaptação (e adopção) de formas de vida privada que resgatem, algures na “‘terra-longe [que] tem gente-gentio/ [e] gente-gentio come gente’” (Azevedo, 1947, p. 12), modelos de vida comunitária tanto quanto possível afins do original insular. Se essa motivação de resgate telúrico se deve a uma necessidade de identificação diferenciadora ou de autenticação da matriz crioula, ou a ambas, é um dado que não cabe nos limites deste trabalho.

Não é contudo irrelevante notar que a sequência lógica das correntes migratórias americanas obedece nos romances *Chiquinho* e *Xaguate* a orientações de sentidos bem delineados, embora implícitos. Tendo por modelo exemplar o revolucionário José Lima, a partida de Chiquinho a caminho da América (no texto) só poderá logicamente concluir com o seu regresso, como José Lima, mas não prematuramente como ele. Pertence a Benjamim, em *Xaguate*, representar esse retorno à origem, a “imigração” já anotada na fórmula de A. Carreira. Nesta versão de T. de Sousa, o “emigrante-imigrante” tem de particular o facto de monitorizar o surgimento de uma terceira geração crioula¹⁹. Após cinquenta anos de emigração bem sucedida na América, com dois matrimónios falhados e um filho, vem o tempo de imigrante para a merecida reforma que funciona como cisão simbólica/ incisão sociológica para religar cada um ao respectivo

¹⁸ Tese da personagem Euclides Varanda (B. Lopes, 1947, p. 234).

¹⁹ Sublinhamos que i). a ordem sequencial “primeira”, “segunda”, “terceira”, etc., geração aplicada à corrente migratória para a América pode não servir a outros casos; ii). a inserção destas gerações no tempo tem por “referência” o “tempo da história” da ficção romanesca que não tem de reproduzir o “referente”, o “Tempo Histórico” da sociedade cabo-verdiana.

sítio natalício, por um lado, com o retorno de Benjamim Costa à ilha do Fogo e, por outro, com a permanência do filho na América.

Ainda que identificados por uma única matriz étnica (cabo-verdiana), pai e filho distinguem-se pelos programas de vida que relevam de atributos típicos, neste caso, da segunda e da terceira fase emigratórias ou, em sentido comum, das ditas “primeira e segunda geração”. De acordo com J.-P. Allix, em todas as circunstâncias humanas é a ordem política e social, a demografia, o clima e os mecanismos geomorfológicos que formam a paisagem vivenciada e a convertem em estado de alma (Allix, 1996, p. 303, 312), de facto distintas nos imaginários destas primeira e segunda geração. As paisagens juvenis que enformam os imaginários humanos (Piaget, 1999) do pai (a que chamamos primeira geração) e do filho (idem segunda) deverão ser tão dissemelhantes quanto o aparecer neles da percepção e da consciência dos seus respectivos lugares natalícios. A memória guardada das ilhas, que em Benjamim compreende a experiência de vida e a sua imagética substancial registada até aos dezoito anos, só poderá vir a ser, para o filho, uma narrativa onde as realidades se dão a ver como ausência transfigurada pelo afecto, uma pura matéria verbal que apenas tem por suporte a materialidade da vida crioula adaptada e encenada na América.

Do ponto de vista em que nos situamos, ressalta da história de *Xagnate* o “drama” do imigrante vítima sem remédio da sua memória étnica, da discrepância entre as duas ordens de realidade, a que incitou Benjamim ao retorno, cristalizada no tempo juvenil da partida para a América, em 1936, e a que existe em 1986, modificada também pelos onze anos de vida de Estado soberano. Move-o a ingénua avidez de cirandar, de tudo reconhecer e querer ver o que já não existe e aflige-o a pequenez das coisas deformadas agora pelo olhar recentrado na grandeza da América. Completam o efeito de logro e de desacerto, por recentramento exógeno, o exibicionismo das roupas americanas, motivo de mofa dos meninos, e por anacronismo social, a obstinação em reerguer um sobrado sobre as ruínas da casa térrea da sua família, contrariada pela nova filosofia urbanística.

Insistimos na interpretação da história desta personagem de ficção por nos parecer que Benjamim pode ser tomado como o outro lado do espelho onde se mira o filho, vale dizer uma segunda (ou terceira) geração entendida na sua realidade de recortes sociais e culturais, mais ou menos problemática de acor-

do com os níveis de inserção profissional e condições oferecidas pelos países de acolhimento. A partir dos elementos documentais conhecidos, A. Carreira encontra três fases na diáspora cabo-verdiana (1900–1920; 1927–1945 e 1946–1973) para destinos que podem desencadear situações de casuística bastante diversa, Estados Unidos; Argentina, Brasil, Uruguai e Chile; Guiné; Angola e Moçambique; S. Tomé e Príncipe; Dakar e Gâmbia; Lisboa, Açores e Madeira, e outros países (Carreira, 1983: 87-126) onde poderemos incluir México, Holanda, Itália, França, Bélgica, Luxemburgo, Suécia, Noruega, Suíça, Canadá.

Na área africana do continente sobressai o contraste entre os estratos profissionais, Dakar atractiva para trabalhadores na construção portuária além de outras actividades, e Angola e Moçambique interessantes para pessoal do quadro colonial. Os primeiros, que se integram na cidade formando a comunidade de “petits portugueses”, e os segundos, que se disseminavam no tecido social de Angola e Moçambique, têm de comum a ausência aparente de problemas relevantes das situações de emigrados²⁰, e de comum também, em cada casos proporcionalmente, um atributo que consideramos essencial em toda esta questão, o elevado nível de preparação profissional, técnica e administrativa em relação à média nos respectivos contextos.

Contrastando com estes destinos, o de S. Tomé e Príncipe surge como paradigma de emigração forçada e motivo de uma das mais incisivas manifestações de denúncia, luto e recriminação do tratamento aplicado aos cabo-verdianos nas roças daquelas ilhas durante o tempo colonial. Ora, não sendo estes vítimas de mais desumano tratamento do que os emigrantes forçados de outras proveniências, a grandeza da ofensa escravagista que tem inspirado muitos autores de textos musicais e literários parece ficar-se a dever, cremos, a uma aguda consciência da dignidade étnica de povo-nação orgulhoso de si. No essencial, exprime o que designámos como estágio de desenvolvimento profissional e manifesta familiaridade e apetência para actividades da civilização europeia, tornadas comuns no processo de formação do país.

20 Formada a partir do início do séc. XX, a comunidade de Dakar alargou-se nas décadas de 1950-60 com a chegada de patriotas refugiados políticos, mantendo-se sempre como comunidade fechada de integração pacífica e de profissões bem definidas. Como que provando indirectamente a ausência de problemas com as comunidades de acolhimento, livros há que privilegiam a temática colonial da área moçambicana (Benoni, s.d., Benoni, 1991).

E é no pressuposto desta familiaridade, adestramento e adaptabilidade técnica que se pode interpretar a grande disseminação do processo emigratório, diáspora em sentido metafórico, orientado por eixos “especializados”, p.ex., da cidade portuária (Mindelo) para Holanda, da ilha agrícola (Santo Antão) para França e Suíça, da ilha “clássica” (S. Nicolau) para Itália, da populosa Santiago para Lisboa. Dois atributos de predicação se dão a ver como marcadores de acções contrárias e, sublinhe-se este dado, presentes em todas as comunidades, a destreza técnica do cabo-verdiano que se presta sem esforço ao trato de adaptação ao trabalho nos seus lugares de destino e a forte personalidade étnica, como vimos exemplificada no texto de *Xaguete*, uma (adaptação ao trabalho) favorável ao movimento integrador de uma primeira geração, e outra (forte personalidade étnica) inibidora do relacionamento assimilador de uma segunda (ou terceira) geração.

A este propósito são por demais elucidativas as actas dos *Congressos dos Quadros Cabo-Verdianos da Diáspora*²¹, cujas comunicações ora equacionam os problemas, ora apontam soluções, a par de testemunhos que enumeram exemplos deficitários nas mais diversas partes do mundo, mas também casos do maior sucesso. Conhece-se de ciência empírica (confirmada pelas comunicações e testemunhos) que, para lá do concurso das instituições de solidariedade, da organização da própria comunidade emigrante²² e das medidas governativas na optimização do acolhimento, o que sobra em todos os casos, como efeito motriz, é a diferença de personalidade cultural que a comunidade acolhida, emigrante, deseja preservar em relação à anfitriã.

Nas situações sociais e humanas em que a diferença se tinge de estranheza activa (facto aliás comum) e em que a estranheza se converte em factor de defesa identitária, só pode resultar logicamente a clausura no bairro e na língua materna, bastante sensível no grupo etário das crianças e jovens em idade escolar. Mas nem a visibilidade deste lado problemático da questão invalida a outra face de componente bem sucedida, de que dão testemunho os títulos das referidas Actas, “Congressos de Quadros cabo-verdianos” altamente qualificados (Administrador de Empresa, Engenheiro, Médico, Economista,

21 O primeiro, em Lisboa, de 29/6 a 1/7/1994 e o segundo, em Mindelo, de 15 a 18/4/1998.

22 Numa excelente recolha de testemunhos refere-se a existência [em 1995] de cerca “de 20 associações cabo-verdianas (...) em Portugal” (V. N. Monteiro, 1995, p. 71),.

Deputado, Professor, Técnico, etc.) oriundos de todos os países da Diáspora. Quer se considerem “emigrantes”, “naturais” ou “de origem” cabo-verdiana²³, os participantes do Segundo Congresso, que se reconheciam no lema “Cabo-verdianidade uma força viva para a acção”, constituem eles-próprios uma lição exemplar. O sucesso que representam e as propostas por si defendidas exprimem nitidamente o meio termos desdramatizante, ao harmonizarem a ostensão (e ostentação) da sua origem nacional e a aptidão para neutralizarem aquilo que na vivência do espaço próprio do “outro” se possa converter em obstáculo aos bons relacionamentos.

Embora implícita, nem por isso deixa de ser essencial invocar aqui a questão do “saber fazer”. Se o emigrante de primeira geração “apenas souber” como adaptar-se e integrar-se no mercado de trabalho por um período de tempo mais ou menos longo até retornar à origem, “não poderá saber” talvez como projectar o futuro dos seus filhos que a “roda da fortuna” converte em subjectividades contraditórias. Ao mesmo tempo que se deixa aprisionar pelo antigo imaginário dos pais, e se insulariza nos redutos do bairro e da língua, o filho nascido no espaço de emigração sofre o desafio que constantemente lhe é lançado pelo imaginário sensorial e cognitivo deste outro espaço social e cultural em que nasceu e se move. Questão essencialmente intercultural, a sua maior dificuldade reside nos antagonismos entre o aparato que tornam visível o seu viver contraditório e os elementos que nela intervêm, entre as instituições que podem responder com medidas adequadas à sua boa ordem integradora e o facto de o problema geral só poder ser se adequadamente entendido como aglomerado de casos individuais.

5. Expressões

Os exemplos de sucesso acima referidos são, de facto, casos individuais de que os escritos documentais dão pública notícia, como personalizantes se poderão etiquetar os escritos literários da generalidade dos autores cabo-verdianos em

23 Consideram-se as diferenças entre “emigrante”, “natural”, “de origem”, pela dominante do seu assento legal e/ou genológico, respectivamente, nacionalidade estrangeira, dupla nacionalidade, antecedentes de memória viva assumida.

diáspora, de conteúdos por norma alheios às situações e problemas vividos pela comunidade emigrante popular. Mesmo admitindo a sua muito larga diversidade genológica e temática três paradigmas são suficientes para lhes definir um princípio de ordem, i)- a autobiografia do homem de vida refinada no mundo, ii)- as pequenas histórias vividas na comunidade bem integrada nos países de emigração e, iii)- a representação da vida problemática no arquipélago.

Ao primeiro conjunto convém apenas a obra de João Manuel Varela reparada por cerca de uma dezena de livros de poesia agora reunidos em volume único (Vário, 2000) e de três livros de narrativa (romance e contos) (Didial, 1989, 1992, 1999) em regra de forma autobiográfica, representativos do cabo-verdiano na Europa²⁴. Detentor de uma apurada formação científica e cultural (literária, filosófica), Varela (pseud. João Vário, Timóteo Tio Tiofe e G.T. Didial) transforma em matéria literária o essencial das suas vivências, indagações e perplexidades que o intelectual congemma ao longo de cerca de trinta décadas de vida e de viagens por vários países. Já nos contos de Orlanda Amarilis (Amarilis, 1974, s.d. [1982?], 1989), residente em Lisboa desde a década de 1940, a tónica dominante consiste no recorte de casos que fazem a crónica do crioulo burguês (com total destaque para a figura feminina) umas vezes localizada em Cabo Verde (sobretudo Mindelo), outras vezes em visita a patícios da comunidade lisboeta, outras integrada na vida da capital-Lisboa ou em outros países europeus ou ainda em viagem por outros continentes.

Mas o que mais importa sublinhar é a quantidade de autores que opta por situar as suas temáticas (poéticas, narrativas) em Cabo Verde, apesar de há muitos anos residirem (ou terem escrito as obras) em Portugal (M. Lopes, 1982, 1984, 1997, 2001; Sousa, s.d.; Miranda, s.d., 1989; Nunes, 1988; G. Mariano, s.d., 1993), em Angola e Estados Unidos (Virgínio, 1960, 1963, 1967, 1973, 1986, 1993, 1995, 1996), no Brasil (Romano, 1982, 1983, 1991), na Mauritânia e no Senegal (Mário Fonseca, 1986, 1990, 1997, 1998).

Em relação aos restantes nomes neste elenco de autores, Mário Fonseca constitui um exemplo de outros tipos de escrita literária que merecem referência para que fique completo o quadro que diversifica aqueles paradigmas,

24 A ficção do Autor enraíza na sua experiência de médico e cientista investigador, residente na Bélgica até recentemente, e ligado a muitas cidades europeias por frequentes deambulações.

recompostos por oposições e por cortes transversais, iv)- a do cabo-verdiano emigrante que também se exprime na língua dominante no país anfitrião²⁵ (Mário Fonseca), e v)- a de estrangeiros que elegeram para as suas obras as temáticas cabo-verdianas como, na década de 1850 (o português José Evaristo de Almeida²⁶) e, depois da década de 1940 (o português Manuel Ferreira²⁷).

Numa interpretação sensível a dados biográficos de sentido aparente, dir-se-á que estes dois autores (portugueses) como que se deixaram enredar na ordem dos afectos com a sua experiência da nação crioula, afectos que serão a causa eficiente de também o último grupo de autores abrangidos pela diáspora continuarem a dedicar os conteúdos das suas obras à problemática das ilhas como se nelas vivessem. E admitimos que no sintagma “como se nelas vivessem” se condensa, ao menos em parte, o modo de ser da consciência que move e condiciona o emigrante de primeira geração recolhida no bairro comunitário (antes da aplicação da actual política social integradora impulsionada pelos municípios da cintura de Lisboa), consciência que acaba igualmente por se projectar nos filhos (em segunda geração), se entregues a si mesmos, se uma política assimiladora não os cativar no espaço da Escola.

Mas, para autores como João Manuel Varela/ João Vário/ Timóteo Tio Tiofe/ G. T. Didial, ou Orlanda Amarilis, ou Mário Fonseca, o mais importante da diáspora não é a exploração realista, de incidência sociológica, destas problemáticas levantadas pelos processos de “adaptação”, de “integração”, de “inserção” e de “assimilação” não raro de contornos bem difíceis. De acordo com as diversas anotações sobre a formação e desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, as dificuldades e os dramas pessoais do emigrante como que constituem, ironicamente ou não, um prolongamento das realidades históricas da existência comum (nas ilhas castigadas pelas estiagens) que, no entanto, o sentido festivo da vida se encarrega de dirimir.

25 A língua francesa na Mauritânia e no Senegal.

26 Alguns anos em comissão de serviço, na década de 1840, como funcionário régio da Fazenda em Cabo Verde, e aí recolhendo experiência e material, e já em Lisboa, antes partir para a Guiné, publicava o romance *O Escravo* (Almeida, 1989) [1ª ed.; 1856].

27 Incorporado num contingente militar sediado em Mindelo, no período da Segunda Guerra Mundial, Manuel Ferreira intervém na fundação da revista *Certeza* (Mindelo, 1944), aí casa com Orlanda Amarilis e colhe a vivência e saber necessário à escrita de uma parte significativa da sua obra narrativa (Ferreira, 1958, 1963, 1967, 1972, s.d.)

Quer em forma de sucesso ostentado pelos Quadros reunidos em Congresso, quer de fácil cosmopolitismo e de desenvoltura dialogante presentes nas obras destes autores (Varela, Amarilis, Fonseca), o essencial parece residir na elevação do que representa a positividade dos valores do país e da cultura crioula. E é exactamente neste sentido que melhor se compreende a motivação do muito largo número de autores (Manuel Lopes, Teixeira de Sousa, Nuno de Miranda, António Nunes, Gabriel Mariano, Teobaldo Virgínio, Luís Romano) que em situação de diáspora privilegiam nas suas obras o universo das ilhas.

Num jogo de palavras, diremos que ao aculturarem-se nos países em que se encontram, em vez de “objectos” que se deixem assimilar pelo outro, agem como “sujeitos” que assimilam do outro aquilo que se compagina com a sua personalidade de imaginário cabo-verdiano, benéfico para o entendimento do seu mundo com um olhar mais distanciado.

Como o emigrante de primeira geração na Europa que vive como os olhos postos no retorno a Cabo Verde, como Benjamim (regressado da América em *Xaguaté*), assim os autores da diáspora, negligenciando a problemática do emigrante, privilegiam uma estética realista muito mais sensível à ética cabo-verdiana, às realidades histórica do país do que à casuística do seu acidentado percurso sociológico fora das ilhas.

Dele e dos problemas que lhe tocam se ocupará porventura a escrita de autores de uma segunda geração, movida por um imaginário com outros horizontes.

Referências bibliográficas:

- ALLIX, Jean-Pierre, “Épouvantable complication et péripétie dramatique”. In *L'Espace humain*. Paris : Seuil, 1996.
- ALMEIDA, José Evaristo de. *O Escravo*. Lisboa: Praia, ICL, 1989 [1ª ed., Tip. de G.M. Martins, 1856].
- AMARILIS, Orlanda. *Cais-do-Sodré Té Salamansa*. Coimbra: Centelha, 1974.
- AMARILIS, Orlanda. *Ilhéus dos pássaros*. Lisboa: Plátano, s.d. [1982?].
- AMARILIS, Orlanda. *A Casa dos Mestros*. Linda-a-Velha: ALAC, 1989.
- AZEVEDO, Pedro Corsino. “Terra-Longe”. In *Claridade*, nº 4. São Vicente , Jan/1947.
- BARBOSA, Jorge, “Povo”. In *Jorge Barbosa Poesias*. Praia: ICL, 1989.

- BENONI, Daniel. *Não Quero ser Tambor*. Praia: ICL, s.d..
- BENONI, Daniel. *Um cabo-verdiano em Moçambique*. Praia: INCV., 1991.
- CARREIRA, António. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: ICL, 1983.
- CARREIRA, António. *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata*. Praia: ICL, 1983.
- DIDIAL, G.T. *O estado impenitente da fragilidade*. Praia: ICL, 1989.
- DIDIAL, G.T. *Contos da Macaronésia* I, II. Mindelo: Ilhéu Editora (vol. I), 1992, Edições Calabedotche (vol. II), 1999.
- FERREIRA, Manuel. *Morabeza*. Lisboa: AGU, 1958.
- FERREIRA, Manuel. *Hora di Bai*. Lisboa: Portugalia, 1963.
- FERREIRA, Manuel. *Morna*, Lisboa: Início, 1967.
- FERREIRA, Manuel. *Terra trazida*, Lisboa: Plátano, 1972.
- FERREIRA, Manuel. *Voz de prisão*. Porto: Inova, s.d..
- FIGUEIREDO, Jaime de (Sel. e Apres.). *Antologia modernos poetas cabo-verdianos*. Praia: Edições Henriquinas, 1961.
- FONSECA, Mario. *Mon pays est une musique*. Nouakchot : Imp. Nouvelle, 1986.
- FONSECA, Mario. *La Mer á tous les Coups*. Praia : Imp. Nacional de Cabo Verde, 1990.
- FONSECA, Mario. *L'Odoriferante Evidence de Soleil Qu'est une Orange*. Praia: Spleen, 1997.
- FONSECA, Mario. *Se a luz é para todos*. Praia: Publicom, 1998.
- GONÇALVES, António Aurélio. "Bases para uma cultura de Cabo Verde". In *Ensaios e outros Escritos*. Praia; Mindelo: Centro Cultural Português, 1998.
- JÚNIOR, Júlio Monteiro. *Os Rebelados da ilha de Santiago, de Cabo Verde*. Lisboa: Centro de Estudos de Cabo Verde, 1974.
- LOPES, Baltazar. *Chiquinho*. São Vicente: Edições "Claridade", 1947.
- LOPES, Baltazar. (Selec.). *Antologia da ficção cabo-verdiana contemporânea*. Praia: Edições Henriquinas, 1960 (Achamento de Cabo Verde).
- LOPES, João. "Apontamento". In *Claridade*, revista de arte e letras. São Vicente: Cabo Verde, nº 1, mar. 1936.
- LOPES, Manuel. "Tomada de Vista". In *Claridade*. São Vicente: Cabo Verde, nº 1, mar. 1936.
- LOPES, Manuel. *Chuva braba*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LOPES, Manuel. *Galo cantou na baía*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- LOPES, Manuel. *Falucho ancorado*. Lisboa: Cosmos, 1997.
- LOPES, Manuel. *Flagelados do vento leste*. Lisboa: Vega, 2001.
- MARIANO, Dante. "Terra Longe e Diáspora". In *II Congresso dos quadros cabo-verdianos da diáspora*. Mindelo: 15-18/4/1998.

- MARIANO, Gabriel. “Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou”. In *Cultura caboverdeana*. Lisboa: Vega, 1991.
- LOPES, Manuel. *Vida e morte de João Cabafume*. Lisboa: Vega, s.d..
- LOPES, Manuel. *Ladeira grande*. Lisboa: Vega, 1993.
- MIRANDA, Nuno de. *Caminho longe*. Lisboa: Livraria Portugal, s.d..
- MIRANDA, Nuno de. *Cais de pedra*. Praia: ICL, 1989.
- MONTEIRO, Vladimir Nobre. *Portugal/Crioulo*. Praia: ICL, 1995.
- NUNES, António. *Poemas de longe*. Praia: ICL, 1988.
- PIAGET, Jean. “L’Animisme enfantin”. In *La représentation du monde chez l’enfant*. 9 ed. Paris : Quadrige, 1999.
- RIBEIRO, Orlando. *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: JIU, 1960.
- ROMANO, Luís. *Contravento*; Taunton-Ma (USA): Atlantis Publishers, 1982.
- ROMANO, Luís. *Famintos*. Lisboa: Ulmeiro, 1983.
- ROMANO, Luís. *Ilha*. Mindelo: Ilhéu Editora, 1991.
- SERRONE, Frederico. *História da Igreja de Cabo Verde*, S. Vicente, Gráfica do Mindelo, 1983.
- SILVEIRA, Onésimo. *II Congresso dos Quadros Cabo-Verdianos da Diáspora*, Mindelo, 15-18/4/1998.
- SOCÉ, Ousmane, Karim, Roman Sénégalais, Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1948.
- SOUSA, Teixeira de. *Contra mar e vento*. Mem Martins: Europa-América, s.d..
- SOUSA, Teixeira de. *Xaguate*. Mem Martins: Lisboa: Europa-América, 1987.
- SOUSA, Teixeira de. *Ilhéu de Contenda*. Mem Martins: Europa-América, s.d..
- SOUSA, Teixeira de. *Capitão de mar e terra*. Mem Martins: Europa-América, s.d..
- SOUSA, Teixeira de. *Djunga*. Mem Martins: Europa-América, s.d..
- SOUSA, Teixeira de. *Na ribeira de Deus*. Mem Martins: Europa-América, s.d..
- SOUSA, Teixeira de. *Entre duas bandeiras*. Mem Martins: Europa-América. s.d..
- VÁRIO, João. *Exemplos*. Livros 1-9. Mindelo: Pequena tiragem, 2000.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Poemas caboverdeanos*. Mindelo: Ed. Nazarena, 1960.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Beira do cais*. Sá da Bandeira: Imbondeiro, 1963.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Distância*. Lisboa: Ática, 1973.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Vida crioula*. Lisboa: Bertrand, s.d. (1967).
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Viagem para lá da fronteira*. Lisboa: Casa de Cabo Verde, 1973.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Distância (II)*. Boston, 1986.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *O meu tio Jonas*. Boston: Portuguese Times, 1993.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Do mar chão aos teus pés*. Boston: Copy Masters, 1995.
- VIRGÍNIO, Teobaldo. *Cabo Verde- parágrafos do meu afecto*. Boston: Copy Masters, 1996.